

Portugal, Brasil, Inglaterra

o fim de um ciclo

José Tengarrinha

NÃO TEM SIDO SALIENTADA A IMPORTÂNCIA DA Guerra dos Sete Anos para a nova posição que o Brasil passa a ocupar no sistema mundial no final do primeiro quartel do século XIX. Os acontecimentos que neste quadro se precipitam desde os primeiros anos de Oitocentos só são compreensíveis à luz desse conflito opondo principalmente a Inglaterra e a França e que, embora envolvendo outras potências continentais, tem a sua maior motivação em rivalidades imperiais extra-europeias.

Com o Tratado de Paris de 1763, a França perdia irreversivelmente importância como grande potência imperial. A Inglaterra emergia como eixo do sistema internacional. Mas não se tratava apenas da substituição de uma potência por outra dominante. Era, sobretudo, a expressão da superioridade de um novo sistema de dominação sobre o antigo sistema colonial de tipo mercantilista, embora nunca devamos deixar de ter presente que a dominação britânica não obedecia a um modelo único, continuando a impor em algumas regiões um tipo colonial primário.

O facto mais relevante era que a Revolução Industrial, após o período de arranque, colocava à Inglaterra duas novas questões decisivas para a sua expansão. Reconhecia-se agora as limitações do seu mercado interno e estava dependente das importações das duas matérias-primas básicas dos seus dois ramos industriais de ponta: algodão (que ao longo do primeiro vinténio do século XIX se fora sobrepondo à tradicional lã) e ferro.

As dificuldades acresceram com a independência das colónias inglesas da América (1783) que levantou algumas limitações ao fornecimento de algodão dos Estados do Sul dos E.U.A. e pôs em causa o domínio comercial e estratégico da Grã-Bretanha no Atlântico Norte, incontestado após a vitória sobre a França, 20 anos antes.

Embarque de D. João, Príncipe Regente de Portugal, para o Brasil, em 27 de Novembro de 1807. Nicolas Louis Albert Delerive, 1807-1818. Óleo sobre tela. Lisboa, Museu Nacional dos Coches (inv. HD 38).



Nesta conjuntura, o que se vai passar então na área atlântica é apenas uma parcela da supremacia abrangente da Grã-Bretanha sobre as áreas ultramarinas subdesenvolvidas. A sua indústria pôde preencher aí um vazio sem concorrência, apoiada numa marinha bem apetrechada e espalhada por todos os mares. A complementaridade e dependência de economias de várias partes do mundo em face da britânica era uma realidade cada vez mais ampla. Será assim, até à I Guerra Mundial, a Inglaterra a ocupar o eixo do sistema internacional.

Deste novo modelo de dominação, que dependia mais do controlo económico e político a favor do aparelho produtivo da Metrópole do que da subjugação militar, decorria a necessidade de satisfazer três condições fundamentais.

Em primeiro lugar, adquirir algodão fora da América do Norte. Dessa maneira, o algodão brasileiro atinge 20% das importações inglesas dessa matéria-prima na última década do século XVIII.

Mas a Inglaterra tinha ainda outros motivos para procurar dominar o comércio com o Brasil. Tratava-se, por um lado, da necessidade de superar as dificuldades comerciais no continente europeu devido ao proteccionismo aí dominante, agravado com o bloqueio económico (1806), e à competição mais dura dos países europeus onde a industrialização já tinha arrancado. E, por outro, de compensar na área atlântica o domínio que havia perdido no Norte, não só devido à independência das suas colónias, mas também a alguma recuperação da pre-

sença e influência de França, como colaboradora activa neste processo.

Segundo esta estratégia de expansão, duas áreas do mundo adquirem particular importância para a Grã Bretanha: a América Latina e as Índias Orientais. Assim, desde os fins do século XVIII, o Atlântico Sul foi uma das áreas de maior atenção da Grã-Bretanha, primeiro dirigindo-a para o Brasil, depois para a Argentina e mais tarde para o Chile e outras zonas. Neste quadro, já em 1767 o comércio do Brasil fora apontado por uma comissão inglesa nomeada para estudar este assunto como o ponto crucial das relações entre Portugal e Inglaterra¹.

A estratégia de dominar esse comércio através da supremacia que tinha sobre Portugal encontrou, porém, uma inesperada dificuldade: a economia portuguesa apresentava sinais de recuperação desde o último quartel do século XVIII. E, por um fenómeno comum de arrastamento do intenso comércio de importação de algodão brasileiro e de sua reexportação para vários portos europeus, aumentava também a exportação das mercadorias de origem portuguesa. Entre estas, atingiam particular relevo as das «Produções das Fábricas do Reino», como estavam referenciadas nas Balanças Gerais do Comércio, com destaque para os têxteis (seda, linho, lã e algodão). O que, obviamente, contrariava a habitual dependência de Portugal em face da indústria britânica.

A Inglaterra segue apreensiva esta situação. O que vai passar-se a seguir não é, pois, apenas mais um episódio na longa história da dependência de Portugal perante a Grã-Bretanha. A singularidade desta situação era tratar-se de uma verdadeira viragem nas relações luso-britânicas. Assim se compreende a intensidade com que a Inglaterra faz esforços, desde finais do século XVIII, para comerciar directamente com o Brasil, os quais culminam com as primeiras tentativas, desde 1801, para instalar aí a Corte portuguesa.

Esse objectivo será alcançado em fins de 1807 com o hábil aproveitamento da situação criada com as Invasões Francesas. Também assim fracassavam definitivamente os esforços que a França vinha desenvolvendo no sentido de fazer sair Portugal da esfera de influência britânica².

Cedendo à vontade britânica, logo após a chegada ao Brasil, em 1808, o príncipe D. João abriu os portos brasileiros ao tráfego internacional e aos aliados de Portugal, com o que, obviamente, a principal beneficiada era a Inglaterra. Esta, porém, não se considerou completamente satisfeita, por ficar em igualdade tarifária com as outras nações e em desvantagem perante as mercadorias portuguesas³. Por isso, forçou ao tratado de 1810, ruinoso para Portugal, segundo o qual os produtos britânicos pagavam uma tarifa vantajosa em qualquer domínio português, o que significava um monopólio de facto para a Grã-Bretanha. Esta situação consagrava, no respeitante ao Brasil, a sua saída do âmbito das relações coloniais formais com Portugal e a sua entrada no âmbito das relações coloniais informais com a Inglaterra. Os decisivos acontecimentos políticos que se seguem serão o desenvolvimento natural desta nova relação de forças.

O novo sistema de relações entre Inglaterra, Portugal e Brasil constitui, sem dúvida, um factor de aceleração do processo de independência deste. Mas, tal como aliás acontece em geral na América espanhola, as independências são mais formais do que reais.

A situação não deixou de criar logo grandes dificuldades à economia brasileira, nomeadamente à classe ligada à propriedade fundiária, pois, sem contrapartida, a Inglaterra expressamente proibiu a entrada no seu território ao açúcar, café e outros produtos brasileiros similares aos produzidos nas suas colónias.

As consequências sobre Portugal foram desde logo muito graves. Em 1812, as exporta-



Entrada dos franceses em Lisboa,
em 30 de Novembro de 1807.
Aguarela *grisaille* de Luis António Xavier.
Lisboa, Museu da Cidade (inv. 284).

ções inglesas para o Brasil já tinham ultrapassado as portuguesas, para isso contribuindo sobretudo as manufacturas de algodão e lã, com 87% do total das exportações britânicas para o Brasil. Eram anulados, assim, os saldos positivos que haviam registado as balanças comerciais de Portugal com os países estrangeiros, pela reexportação das matérias-primas brasileiras, e desincentivada a recuperação que se registara na produção industrial portuguesa.

Foi este, porventura, o mais potente factor de agravamento de uma crise que desemboca na Revolução de 1820 e que tem múltiplas vertentes: financeira (quebra nos rendimentos alfandegários, nos impostos sobre as trocas internas e em geral nos impostos indirectos que contribuíam então com cerca de 60% para as receitas fiscais, terem deixado de pertencer a Portugal os rendimentos régios do Brasil, Ilhas e domínios na Ásia e África em consequência da fixação

da Corte no Rio de Janeiro, escoamento para o Brasil dos capitais e rendas da família real e dos que a haviam acompanhado, contínua diminuição do envio de remessas de metais preciosos do Brasil, entre outros aspectos); política (falta de confiança no Estado, que se reflectia, por exemplo, no abaixamento dos valores ou mesmo não arrematação de contratos régios); e moral (a nação ainda maiores razões tinha para admitir que o rei abandonara definitivamente a Metrópole, criando-se um vazio institucional e sentimental, ao mesmo tempo que aumentava a influência inglesa, directamente exercida pelo governante marechal Beresford).

A complexidade da situação levantava crises crescentes entre os governos dos dois lados do Atlântico. Questão que não tem sido abordada com suficiente atenção, dela resultam efeitos muito relevantes. O agravamento da situação em Portugal impunha medidas urgentes que não estavam ao alcance dos limitados poderes de que dispunham ao governadores de Lisboa. A sua dependência política relativamente à Corte no Rio e, por sua vez, a subordinação desta aos interesses britânicos criava bloqueamentos e contradições com gravidade crescente.

Esta situação agravava-se não apenas com a abertura dos portos, mas com o Tratado de Comércio de 1810, que levantou uma onda de protestos na Metrópole devido aos danos fiscais que implicava e aos favores concedidos à Grã-Bretanha, em prejuízo da produção industrial e comércio portugueses. Comerciantes portugueses em Portugal e em Londres e outros sectores de actividade transmitiram ao Rio o seu descontentamento. A aplicação do Tratado seria muito dificultada por inúmeras resistências em diversos campos e níveis de responsabilidade política e económica portugueses, a que a Corte não foi insensível. Emergiram mesmo algumas tensões com o Governo britânico, que este do-

minou. Consciente do mal estar que provocara, o Rio tenta apaziguar os ânimos com a Carta Régia de 1810.

Tratava-se de uma proclamação genérica, é certo. Mas com carácter programático, a intenção óbvia de reduzir os encargos senhoriais através dos forais e mesmo repensar a questão — até aí tabu — dos dízimos da Igreja. Não foi sem efeitos, ao contrário do que é habitual afirmar. Em face da oposição tenaz dos senhores laicos e eclesiásticos mais conservadores que haviam permanecido em Portugal, teria sido mesmo um dos factos que mais evidenciaram a necessidade de desbloquear politicamente a situação em Lisboa para que as indispensáveis reformas fossem aplicadas. Isto é, a pressão reformista vinda do Rio contribui para a mudança política em Portugal. A via evolutiva, à inglesa, pois, era inviável. A revolução, inevitável.

Independência do Brasil e Revolução Liberal portuguesa aparecem, assim, não como expressão de conflitos pontuais e singulares, mas como fenómenos articulados de um mesmo processo que evolui dentro de uma relação triangular em que o vértice dominante é sempre a Inglaterra.

O ciclo encerra-se com a outorga a Portugal, por D. Pedro, em 1826, da Carta Constitucional: elaborada sob influência inglesa, trazida a Lisboa por um diplomata inglês, que viajou numa fragata inglesa. Acabava a relação triangular Inglaterra-Portugal-Brasil. Novas formas de dependência seriam a partir de então dominantes.



importância que tinha para Napoleão o controlo sobre Portugal. A fuga da família real para o Brasil e o pedido de auxílio militar à Inglaterra ainda mais agravava a dependência portuguesa perante esta e abre uma nova fase na relação triangular Grã-Bretanha-Portugal-Brasil.

³ O acordo estabelecido fixava os direitos de importação dos produtos estrangeiros em 24% e os dos portugueses em 16%.

Marechal Beresford. Desenho de Francisco da Cunha, gravura de Constantino de Fontes, 1811. Reprodução zincografada. Lisboa, Biblioteca Nacional (inv. E-353P).

«Apoteose de Lord Wellington» de Domingos António de Sequeira, c. 1812. Desenho a guache branco e cinza sobre papel acastanhado. Lisboa, MNAA, invº 1310 Des.

